

**URBANO VERSUS SUBURBANO COMO RECONFIGURAÇÕES DO
COLONIALISMO NA COMUNIDADE DA BOA ESPERANÇA - TERESINA
(PI/BRASIL): PROPOSTA DE UMA ARQUEOLOGIA SOCIALMENTE
ENGAJADA**

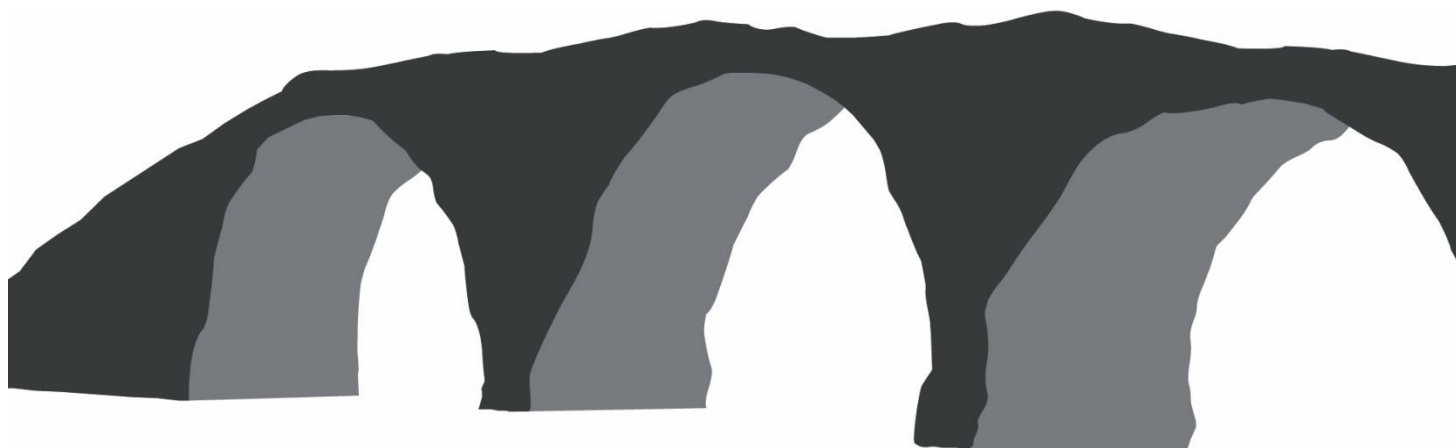
**LO URBANO VERSUS LO SUBURBANO COMO RECONFIGURACIONES DEL
COLONIALISMO EN LA COMUNIDAD DE BOA ESPERANÇA - TERESINA
(PI/BRASIL): PROPUESTA DE UMA ARQUEOLOGIA SOCIALMENTE
COMPROMETIDA**

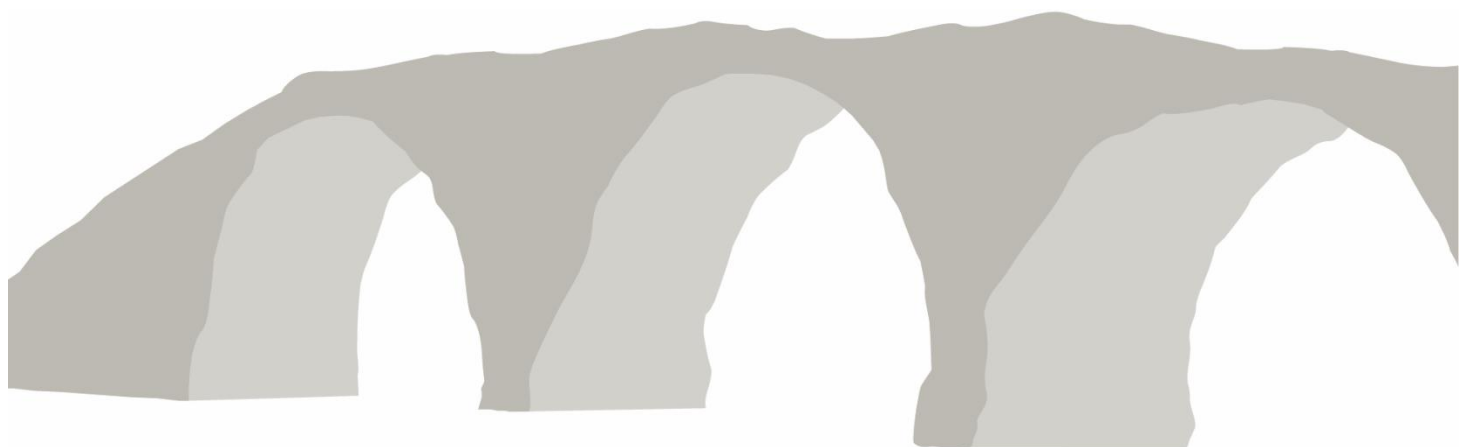
**URBAN VERSUS SUBURBAN AS RECONFIGURATIONS OF COLONIALISM
IN THE COMMUNITY OF BOA ESPERANÇA - TERESINA (PI/BRAZIL):
PROPOSAL FOR A SOCIALLY ENGAGED ARQUEOLOGY**

Andreza Gomes da Silva

Joina Freitas Borges

Lorena Francisca de Oliveira Castro





Submetido em 11/11/2024.

Revisado em: 04/06/2025.

Aceito em: 12/06/2025.

Publicado em 30/07/2025.

**URBANO VERSUS SUBURBANO COMO RECONFIGURAÇÕES DO
COLONIALISMO NA COMUNIDADE DA BOA ESPERANÇA - TERESINA
(PI/BRASIL): PROPOSTA DE UMA ARQUEOLOGIA SOCIALMENTE
ENGAJADA**

**LO URBANO VERSUS LO SUBURBANO COMO RECONFIGURACIONES DEL
COLONIALISMO EN LA COMUNIDAD DE BOA ESPERANÇA - TERESINA
(PI/BRASIL): PROPUESTA DE UMA ARQUEOLOGIA SOCIALMENTE
COMPROMETIDA**

**URBAN VERSUS SUBURBAN AS RECONFIGURATIONS OF COLONIALISM
IN THE COMMUNITY OF BOA ESPERANÇA - TERESINA (PI/BRAZIL):
PROPOSAL FOR A SOCIALLY ENGAGED ARQUEOLOGY**

Andreza Gomes da Silva¹

Joina Freitas Borges²

Lorena Francisca de Oliveira Castro³

RESUMO

Este trabalho é uma proposta de busca por uma arqueologia mais socialmente engajada, que visa discutir e sugerir possibilidades para a construção de uma disciplina que esteja alinhada e conectada com a realidade das pessoas no presente. Partimos das contribuições da arqueologia para o estudo do colonialismo, do imperialismo e da reprodução de uma herança hegemônica no neoliberalismo, almejando superar as configurações desse sistema - impostas nas existências e espaços do presente - por meio da insubordinação epistemológica. Com foco nos problemas e questões que afetam as cidades no presente, e pensando nos processos de urbanização que têm reconfigurado o espaço urbano, trazemos a comunidade da avenida Boa Esperança, Teresina (Piauí - Brasil), como exemplo de enfrentamento ao neoliberalismo. Essa é uma comunidade que, ao se ver ameaçada pelo avanço do urbanismo neoliberal, construiu um museu comunitário como estratégia de luta, buscando, por meio da dimensão afetiva com sua própria história e seu patrimônio, assumir uma postura insurgente. A partir das agendas e articulações da comunidade e suas ações para a implantação do Museu da Resistência da Boa Esperança é que ensaiamos uma arqueologia mais social, na qual nos colocamos no lugar de escuta e

¹ Bacharel em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre pela Universidade Federal do Piauí, Rua Rio Grande do Sul, Bairro Mundocas, Lagoa Alegre, Piauí, Brasil. E-mail: andrezaera@gmail.com.

² Professora Assosida do Curso de Arqueologia da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela, Ininga, Teresina, PI, Brasil. E-mail: loinaborges@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0744-6841>.

³ Mestranda do programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil. E-mail: lorenacastroarqueo@gmail.com.

aprendizagem e, ao nos afetarmos pelas vivências com a comunidade, buscamos nos distanciar da dinâmica tradicional de via de mão única da arqueologia tradicional.

Palavras-chave: Arqueologia socialmente engajada, Processos de urbanização, Comunidade da Avenida Boa Esperança.

RESUMEN

Este trabajo es una propuesta de una arqueología socialmente más comprometida, que tiene como objetivo discutir y sugerir posibilidades para la construcción de una disciplina que esté alineada y conectada con la realidad de las personas en el presente. Partimos de los aportes de la arqueología al estudio del colonialismo, el imperialismo y la reproducción de una herencia hegemónica en el neoliberalismo, apuntando a superar las configuraciones de este sistema impuestas en las existencias y espacios del presente, a través de la insubordinación epistemológica. Centrándonos en las problemáticas y cuestiones que afectan a las ciudades en el presente, y pensando en los procesos de urbanización que han reconfigurado el espacio urbano, traemos a la comunidad de avenida Boa Esperança, Teresina (Piauí - Brasil), como ejemplo de enfrentamiento al neoliberalismo. Se trata de una comunidad que, al encontrarse amenazada por el avance del urbanismo neoliberal, construyó un museo comunitario como estrategia de lucha, buscando asumir una postura más insurgente a través de la dimensión afectiva con su propia historia y patrimonio. A partir de las agendas y articulaciones de la comunidad, ensayamos una arqueología más social, en la que nos situamos en un lugar de escucha y aprendizaje y, al vernos afectados por las experiencias con la comunidad, buscamos distanciarnos de las dinámicas tradicionales de sentido único de la arqueología.

Palabras clave: Arqueología socialmente comprometida, Procesos de urbanización, Comunidad de la Calle Boa Esperanza.

ABSTRACT

This work proposes a search for a more socially engaged archeology, aiming to discuss and suggest possibilities for building a discipline that is aligned and connected with the realities of people in the present. It begins by addressing archeology's contribution to the study of colonialism, imperialism, as well as the reproduction of a hegemonic heritage within neoliberalism, aspiring to overcome the configurations of this system –imposed upon present-day lives and spaces- through epistemological insubordination. Focusing on the problems and challenges currently affecting cities, and considering the urbanization processes that have reshaped urban space, our research introduces the community of Boa Esperança Avenue, Teresina (Piauí - Brazil), as an example of resistance to neoliberalism. This community, threatened by the advance of –neoliberal urbanism, seeks in its affective connection to its own history and heritage the grounds for an insurgent stance. Drawing on the community's agendas and forms of organization, we propose a more socially engaged archaeology –one in which we adopt a position of listening and learning, and through being affected by the experiences shared with the community, attempt to move away from the traditional one-way dynamics of traditional archeology.

Keywords: Socially engaged archeology, Urbanization process, Community of Boa Esperança Avenue.

INTRODUÇÃO: SUPERANDO A HERANÇA DO COLONIALISMO NO NEOLIBERALISMO?

A arqueologia, como toda ciência, nasceu e se desenvolveu com cor, gênero, classe, restrita a um pequeno grupo de pessoas que, fazendo parte da hegemonia do mundo norte-ocidental, deu os primeiros passos para a construção da disciplina. E como uma disciplina, inclusive no sentido que Foucault (1969) dá ao termo, a arqueologia cunhou saberes, mas também se apropriou, invisibilizou, subalternizou, dentre tantas outras formas que a ciência utilizou, e infelizmente ainda utiliza, para continuar disciplinando o mundo, sem desconsiderar, paradoxalmente, sua função de libertação, informação, e mesmo de vida, se lembrarmos do seu papel no combate à COVID-19.

Desta forma, a arqueologia se configurou sob a égide de potências imperialistas que buscavam se constituir como “nação”, referendadas pelo conhecimento do passado para gerar uma ideia de procedência comum, aquilo que Weber (1991, pp. 274-275) chamou de “crença de pertinência étnica” e que Trigger (2004) discute convenientemente há algumas décadas.

Neste percurso, a arqueologia ajudou a desenvolver e construir mitos de origem, narrativas lineares e descrições de sociedades homogêneas, divididas em binômios de opostos como civilizados *versus* indígenas, históricos *versus* pré-históricos, por exemplo, reforçando uma suposta condição primitiva, selvagem, bárbara das culturas colonizadas, definidas por suas presumidas debilidades culturais, sociais, econômicas e, inclusive, ontológicas. Supriu, assim, as necessidades dos discursos nacionalistas das metrópoles e depois de países imperialistas, em justificar o domínio, a invasão, o roubo, a escravização e a morte de outras sociedades e, conforme trata Gnecco (2008), contribuiu na construção e na reprodução da narrativa de um “outro”, na maioria das vezes representado como “exótico” (termo pejorativo), às vezes como “inimigo”, outras como “algo” a ser superado.

A arqueologia, portanto, teve um papel importante na justificativa da modernidade, visto que não apenas a fundamentou de forma retórica um tanto negativa, mas também fomentou a racialização, e a consequente reprodução do mundo moderno através daquilo que Gnecco (2009, p. 247, tradução nossa) chama de discurso do “catastrofismo”: “O discurso arqueológico alude à aniquilação, ao desaparecimento e à fixação: os sujeitos arqueológicos (povos, culturas, inclusive potes) não mudam, desaparecem”.

Segundo a visão perspectiva epistemológica eurocêntrica tem se reproduzido o colonialismo até os dias atuais, pois, desde seu surgimento até a contemporaneidade, a Academia permanece, em sua grande maioria, composta pelos mesmos grupos hegemônicos que alimentam as colonialidades e violências epistêmicas, reproduzindo valores e discursos das elites (Lander, 2005). A herança maldita do colonialismo é a sustentação estrutural e superestrutural do neoliberalismo. Como rompê-la?

Abordagens arqueológicas mais recentes vêm sendo desafiadas na voz dos participantes dos movimentos sociais, e têm refletido sobre como os discursos colonialistas e eurocêntricos permanecem orientando as sociedades contemporâneas, as ciências e as pesquisas. Como bem colocam Gomes *et al.* (2018), “o movimento negro educa a academia”, e podemos estender o mesmo aos outros movimentos sociais como os verdadeiros agentes tensionadores, críticos das epistemologias colonialistas. Os movimentos sociais são contra-colonizadores, como bem afirma Bispo (2015).

A partir desses tensionamentos externos, que por sua vez provocam questionamentos internos, a arqueologia vai lentamente desconstruindo sua tradição nacionalista e narrativas coloniais que propiciavam a espoliação e dominação de outros povos a partir de uma revisão crítica, fomentada principalmente pelos

sujeitos e grupos historicamente subalternizados, vítimas da violência epistêmica projetada pela disciplina no decorrer do tempo.

O princípio discursivo da disciplina colonial, entretanto, ainda projeta o silenciamento como condição essencial para o funcionamento da estrutura de poder que alimenta a violência epistêmica. Por vezes esse silenciamento acontece na permanência de premissas fundadoras como, por exemplo, na manutenção do corte temporal-epistemológico, que ainda é sustentado, entre o histórico e o pré-histórico (González-Ruibal, 2012). O nós e os “outros” contemporâneos são apenas uma consequência do “nós civilizados” *versus* os “outros selvagens”, e o apagamento histórico se dá na manutenção desses “outros” no passado.

Em termos urbanos, esses “outros” são representados nas periferias, pelos suburbanos do presente, que não têm suas vozes ouvidas pela disciplina que se entende como “a ciência do estudo do passado”. Desta forma, a dicotomia entre urbano *versus* suburbano é, na verdade, uma reconfiguração do colonialismo, não apenas das relações de expropriação de territórios, através de projetos de “reurbanização”, “remodelamento” e “revitalização urbana”. Esta, por sua vez, é a proposta mais problemática, pois desconsidera a vida e a história dos coletivos diretamente afetados que são raramente reconhecidos como agentes nos contextos arqueológicos contemporâneos. O patrimônio e os bens arqueológicos frequentemente ganham mais destaque, enquanto as pessoas mencionadas aparecem apenas como meros interlocutores.

O afastamento das premissas disciplinares da arqueologia cria condições para a existência e construção de outros diálogos, assim como arqueologias alternativas, como apontam Gnecco (2012) e González-Ruibal (2012). A admissão de outras conversas, junto a outros sujeitos, evoca o respeito e a sensibilidade acerca da rede de relações e sentidos que as pessoas, dentro de suas coletividades, utilizam para compreender o mundo e a si mesmos: só se afetando por outras possibilidades de ser e fazer é possível superar a arqueologia colonialista, e ao transgredir será possível uma nova visão arqueológica.

As inquietações dentro da disciplina arqueológica perpassam, assim, pela recusa das explicações históricas sistemáticas tradicionais e pelo estímulo à transgressão das ideias hegemônicas que controlam histórias, territórios e corpos. No panorama de reações dos coletivos marginalizados, as explicações tradicionais não contemplam mais os grupos que buscam assumir o protagonismo para contar a própria história, assim se apropriam do passado para reescrever narrativas que os identifiquem e os fortaleçam como agentes historicamente ativos e relevantes, desafiando as concepções hegemônicas eurocêntricas (Haber *et al.*, 2022).

O enfrentamento aos discursos dominantes demonstra que o que se tem admitido como representação do passado é fundamentalmente uma realidade construída e alinhada aos interesses políticos, ideológicos, nacionais e econômicos, próprios das elites que, por sua vez, difundem narrativas específicas como verdades absolutas, que nutrem as doutrinas de domínio e exploração.

Portanto, a revisão crítica, seja de narrativas históricas e arqueológicas distantes, como as chamadas “pré-históricas”, passando pelas coloniais até as que abordam a espacialidade e temporalidade atuais, sobretudo urbanas, significa romper com os discursos colonialistas, imperialistas e elitistas através de uma insubordinação epistemológica, para que a arqueologia se estabeleça como uma ciência sensível às questões sociais atuais e voltada aos interesses de grupos que ajudou a marginalizar.

A insubordinação à ciência normal (Kuhn, 2020) aqui mencionada, significa mergulhar no processo de revisão das intervenções epistêmicas sistematizadas através da estrutura colonial como premissa fundamental para, de forma contra-colonizadora, criar uma consciência libertadora que permita enxergar a sociedade contemporânea imersa nos tentáculos do atual neoliberalismo e assim identificar e admitir que as explicações

oriundas desse modelo não são mais reconhecidas como legítimas para compreender e explicar o mundo: é preciso transgredir, ir além, ultrapassar os modelos impostos para poder se pensar em novos paradigmas.

BUSCANDO A DIMENSÃO AFETIVA, TRANSGRESSORA E CONTRA-COLONIZADORA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ARQUEOLOGIA SOCIALMENTE ENGAJADA

A ênfase na insubordinação epistemológica como aspecto fundamental para (re)pensar os rumos das interpretações arqueológicas parte da aproximação com uma perspectiva reflexiva mais social e humana da própria arqueologia. Uma rebeldia que se deve assumir, para ultrapassar as barreiras e os limites temporais comodamente impostos pelas visões tradicionais e, assim, admitir a possibilidade de outras ontologias e conhecimentos gerados por outros sujeitos, que proponham outros modos de viver e ver o mundo, inclusive nas cidades atuais, enfatizando o papel que a arqueologia pode assumir ao utilizar como *locus* privilegiado de estudo, os centros urbanos.

O antigo *status* do pesquisador neutro e impassível às realidades de “outros”, quando não distantes no tempo, distantes no espaço, esmorece frente ao campo de investigação urbano, caso o pesquisador se permita afetar pelas temporalidades atuais e assim se deixar levar pelos problemas, soluções, saídas e bricolagens de seus contemporâneos/conterrâneos. É preciso sentir, não apenas ouvir, para conseguir se insubordinar.

Uma ciência indisciplinada, que questiona as práticas dominantes, é uma disciplina que, como coloca González-Ruibal (2012, p. 104, tradução nossa):

(...) é participativa e pública, abraça a política em sua dimensão mais conflituosa, considera a criatividade tão importante quanto a objetividade, desenvolve sua própria retórica do passado, reivindica plenamente a materialidade, dialoga em pé de igualdade com outras disciplinas, desloca os centros de conhecimento do mundo anglo-saxão para as periferias (...).

Rompendo as barreiras e falando das periferias, expressão da realidade no terceiro mundo, aponta para reflexões recentes dentro da arqueologia, que tem explorado temáticas relacionadas aos estudos étnicos, feministas, de gênero, estudos da ditadura e repressão, estudos decoloniais entre outros que são pertinentes a demandas da sociedade atual. Novas concepções têm possibilitado pensar outras arqueologias, outros passados, outras formas de existir, valorizando a relação das pessoas com as coisas e a agência das coisas sobre as pessoas, assumindo as experiências e os contextos de vida presente de algumas arqueólogas e arqueólogos nos seus discursos.

Uma ação política da ciência, entretanto, ainda é justamente cobrada pelas comunidades, pois o engajamento social de pesquisadoras e pesquisadores ainda são tênues e, sobretudo, ainda há um distanciamento discursivo que não atende aos coletivos que não fazem a própria arqueologia, a exemplo das arqueologias indígenas, quilombolas, ribeirinhas ou periféricas. Neste sentido, ouvimos das próprias comunidades que os saberes acadêmicos continuam desconectados das realidades diárias das pessoas, das suas necessidades e

demandas, em detrimento da construção de conhecimentos científicos ainda positivistas que refletem a hegemonia do pensamento Ocidental.

Para combater a perspectiva hegemônica, é imperativa a decolonização do conhecimento. Haber (2015) e Haber *et al.* (2022) propõe uma ação indisciplinada e enxerga como uma necessidade reconhecer a ação acadêmica como agente reprodutora da violência, sobretudo quando se trata de classificar e designar coletivos humanos não brancos, assim como o notável monopólio discursivo da disciplina onde a linguagem é excludente e ocupa o lugar dos sujeitos que passam a ser invisibilizados pelos enunciados coloniais.

Podemos ignorá-los, mas também podemos ouvi-los. Para uma disciplina como a Arqueologia, para a qual o objeto de conhecimento é também um objeto material, o silêncio do outro é constitutivo da vocalidade disciplinar. Sob esse dispositivo, ser questionado implica uma oportunidade de transformação, não apenas do outro, mas dos próprios pressupostos. Abrir-se à escuta e à conversa, mesmo que isso signifique rever o *habitus* disciplinar ou, melhor ainda, coloca-nos na situação de nos colocarmos as perguntas mais inesperadas, e muitas vezes as mais profundas (Haber, 2022, p. 531, tradução nossa).

Enquanto ciência social, a arqueologia implica em refletir sobre questões que impactam na vida das pessoas. Ela deve ser utilizada como instrumento de luta pelos grupos marginalizados pela história, não apenas expondo a importância das comunidades, mas também seus conhecimentos tradicionais e ancestrais provenientes de diversos povos, como estratégia de identificação e preservação da história e do patrimônio desses grupos. A arqueologia, sobretudo, deve atuar como um agente de transformação social promovendo o fortalecimento de indivíduos subalternizados assim como preconizava a Arqueología Social Latinoamericana há algumas décadas (Lumbreras *et al.*, 2019).

Fundamentada nas lutas políticas do aqui e do agora, uma arqueologia socialmente engajada deve admitir seu caráter subjetivo, propondo narrativas alternativas reflexivas sobre a realidade, crítica a cientificidade, rompendo com a ideia de falsa neutralidade, tornando-se comprometida com as demandas sociais. Mais do que uma ciência do presente, deve se estabelecer como uma ciência presente e diretamente envolvida com os problemas políticos e sociais das comunidades.

Longe de ser um problema, essa ampliação de horizontes só pode ser entendida como um enriquecimento da arqueologia. Estudar o passado recente e o próprio presente significa abordar questões mais relevantes para a sociedade e que facilitam a participação ativa do público, que sente que as coisas que lhe dizem respeito diretamente estão sendo tratadas (Schofield, 2010 *apud* González-Ruibal, 2012, p. 105, tradução nossa).

Fazer ciência e, especialmente, fazer arqueologia, implica refletir sobre quais são os seus sentidos para com a sociedade. Como Lumbreras (2019) já colocava há décadas, uma arqueologia como ciência social e humana é sobretudo uma arqueologia feita para as pessoas vivas, tornando-se essencial questionar de que maneira o conhecimento arqueológico pode contribuir para mudanças efetivas no presente das pessoas, engajado com a construção de um futuro melhor e mais justo, não apenas voltado para o passado.

Assumindo um viés insurgente, a disciplina desestabiliza as normatizações herdadas do imperialismo e nacionalismo ao pressionar a academia a assumir os compromissos sociais que refletem e impactam a realidade

social na atualidade. É insurgente quando reflete junto a outras vozes sobre as transformações que a sociedade tem presenciado no contexto atual, estabelecendo conexões com as evidências e representações herdadas, envolvendo-se continuamente com as comunidades e coletivos em prol não apenas da valorização do patrimônio cultural, mas da vida e das realidades das pessoas.

Essa percepção perpassa, como destacam Tantaleán e Aguilar (2012), pelo ato de se indignar com a realidade observada e vivenciada. Nossa preocupação não deve estar limitada aos danos e perdas causadas à materialidade cultural em situações de conflitos, logo é fundamental se preocupar com negros, mulheres, coletivos LGBTQIAPN+, povos de axé, povos indígenas e quilombolas para além de monumentos e artefatos que em sua maioria retratam as elites e que promovem grandes mobilizações diante de ameaças de depredação ou destruição de suas moradias, segurança, identidade e territorialidades. Embora sua preservação seja importante, esse não pode ser o único foco da arqueologia, pois precisa agir em defesa do direito à vida de todo e qualquer ser humano, como já preconizava a Arqueologia Social Latino-Americana, e como hoje está sendo construído através de arqueologias socialmente mais engajadas como as arqueologias da diáspora, feministas, queer, dentre outras.

ENSAIANDO UMA ARQUEOLOGIA MAIS SOCIAL JUNTO COM A COMUNIDADE DA AV. BOA ESPERANÇA

Em face dos argumentos até agora apresentados, partimos da nossa experiência como Grupo de Estudos e Extensão Pedagogias para os Patrimônios - GEEPP/UFPI junto à comunidade que habita a Av. Boa Esperança, localizada na cidade de Teresina - Piauí/Brasil, que nos possibilitou importantes aprendizagens para a construção de uma arqueologia socialmente engajada.

Ao nos articularmos com as agendas pautadas na realidade dos sujeitos da comunidade, fomos provocados a uma reflexão sobre o campo de atuação da arqueologia, a qual, compreendida e produzida no seio do contexto social urbano, produz a partir da luta dos movimentos sociais outros referenciais em relação a agência, materialidades, temporalidades, impregnados nas urgências do agora.

A organização da comunidade da avenida Boa Esperança surgiu a partir das inquietações dos moradores diante do Programa Lagoas do Norte - PLN, lançado pela Prefeitura de Teresina e financiado pelo Banco Mundial. O PLN foi descrito como um projeto de “requalificação urbana”, na verdade uma forma de colonização contemporânea, impregnado de racismo ambiental, que afetaria a vida de milhares de pessoas através de desapropriações e mudanças radicais no espaço, visando empreendimentos imobiliários gigantescos para a sociedade economicamente privilegiada e elitizada se apropriar dessa territorialidade.

Diante dessa situação, surgiu o movimento social “Lagoas do Norte Pra Quem?” questionando as intervenções urbanísticas pensadas e produzidas por esse projeto. Como um grito, tornou-se denúncia persistente e presente nos próprios muros da localidade, através de pichações e grafismos, feitos pelos próprios moradores em muros e em faixas espalhadas por toda a comunidade do entorno da avenida Boa Esperança. “Lagoas do Norte Pra Quem?”. Essas faixas e cartazes foram utilizados como um slogan, nas manifestações em frente à prefeitura de Teresina (Figuras 1 e 2), nos encontros com agentes públicos, nas reuniões com os vizinhos para elaborar formas de sobreviver a essa outra vertente do colonialismo moderno. A frase ecoou também nas mídias sociais para efeito de divulgação e comunicação sobre as ações realizadas pela comunidade, a exemplo da fanpage “Lagoas do Norte Pra Quem?” na rede social Facebook.



Figura 1. Cartazes de manifestações contra as desapropriações do PLN. Acervo do Museu da Resistência da Boa Esperança. Fonte: Penha (2022).



Figura 2. Manifestações contra as desapropriações do PLN nos muros da Avenida Boa Esperança. Fonte: Cauê Vasconcelos, Ponte Jornalismo (2019).

Essa ação inicial abriu margem para o desenvolvimento de diversas estratégias de luta adotadas pela comunidade, tais como: o envio de uma carta do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, no ano de 2019, a Raquel Rolnik, relatora especial das Nações Unidas sobre o direito à habitação entre os anos de 2008 e 2014; a presença

de lideranças comunitárias em vários eventos acadêmicos para expor as violências e divulgar a luta pela defesa do seu território, já que na maioria dos casos essas situações permanecem contidas na vivência cotidiana daqueles diretamente afetados; a organização dos coletivos que contemplam a comunidade (vazanteiros, oleiros, antigos vaqueiros, pescadores, lavadeiras, benzedeiros, bordadeiras e povos de terreiro).

(...) foi mais uma estratégia de luta com o objetivo de garantir a preservação da nossa cultura e permanência de nosso povo em suas terras. Também iniciamos os estudos junto com o IPHAN pela possibilidade de salvaguarda da paisagem natural e cultural de nosso território como forma de impedir a instalação de grandes empreendimentos e grandes transformações, já em curso com o PLN (CDFS, 2019, p. 7).

A urgência da coalizão comunitária, estruturada principalmente através do Centro de Defesa Ferreira de Sousa - CDFS, refletiu a preocupação por parte dos moradores quanto à aliança entre poder público municipal e federal junto a organismos internacionais que, munidos pelo capital globalizado, têm usado das mesmas táticas dos colonizadores europeus que chegaram ao nosso território para minar as relações comunitárias e solidárias entre os povos que aqui coabitam utilizando-se para tanto o “dividir e conquistar”. Como exemplo, a Praça dos Orixás, localizada no centro da cidade de Teresina, criada como política de compensação (construída no local utilizado por evangélicos para professar sua fé), embora represente os orixás do Candomblé, o monumento não contempla as entidades da Umbanda que é a religião de matriz africana mais forte na comunidade. O que demonstra que o PLN fomentou as tensões já existentes e ameaçou de forma significativa a religiosidade afro-brasileira.

Em mais uma ação desenvolvida pela comunidade contra a exclusão socioterritorial provocada pela implementação do PLN nasceu, no ano de 2019, o Museu da Resistência da Boa Esperança (Figura 3), uma das estratégias de luta mais expressivas, surgida da mobilização dos moradores através do CDFS. O Museu se traduz como um espaço coletivo destinado às vivências comunitárias, construção social e promoção cultural. Sua função social se fundamenta e justifica na preservação, no fortalecimento da história e memórias individuais ou coletivas que se vinculam entre o museu, a comunidade e os ensinamentos ancestrais compartilhados pela oralidade, e tem como foco identificar e salvaguardar modos de vida e valores que fazem parte da formação cultural, histórica e social dos teresinenses, em particular dos moradores da avenida Boa Esperança e arredores.

O Museu da Resistência da Boa Esperança é, como coloca Souza Chagas (2012, p. 5) um “(...) dispositivo estratégico para uma relação nova, criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro (...)”, gerado e gerido no seio da luta social; é a própria democratização do sentido da patrimonialização, pensado e realizado a partir da própria comunidade.



Figura 3. Primeira sede do Museu da Resistência da Boa Esperança localizado na casa da Dona Davina, uma das moradoras mais antigas da comunidade que habita a avenida da Boa Esperança. Fonte: Museu da Resistência da Boa Esperança.

O acervo do espaço físico é formado por objetos doados pelos moradores da comunidade que reconhecem a importância coletiva e individual desses artefatos. O sentimento de pertencimento e os modos de vida são

expressos nas fôrmas de tijolos, nas vestimentas e símbolos religiosos, chinelos, sandálias, utensílios domésticos, acessórios para brincar o carnaval, nos brinquedos, nas fotografias, na canoa e na bicicleta que tanto os conduziu, além das faixas e cartazes usadas em protestos pelo direito à moradia e a cidade, bem como outros objetos de valor inestimável.

o museu oportuniza contar as histórias também dos atuais moradores, e também recontar a verdadeira história da comunidade e possibilitar a manutenção do sentimento de pertencimento ao território. Inclusive inserindo-se nesse museu vivo o Acervo de Memória com os trabalhos acadêmicos que narram as histórias sob a visão da comunidade. No ano de 2019 o referido Museu Comunitário começa a se materializar, já tendo nesse momento um espaço físico, localizado em um cômodo da casa da matriarca da Presidenta da Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa. Neste espaço já se nomeava como Museu da Boa Esperança ou Museu da Resistência e guardava-se registros de memória da comunidade, como peças de tijolo produzidos pela tradição das Olarias, peças de vacarias, registros fotográficos, registros jornalísticos e acadêmicos, (...). (Andrade & Rocha, 2019, p. 9).

Além de um local destinado a resguardar artefatos e objetos que materializam a memória e o sentimento de pertencimento dos moradores da região citada, exerce também responsabilidade educativa ao possibilitar uma percepção crítica da sociedade acerca da construção da identidade, a produção de conhecimento, assim como, estimula as relações dialógicas e afetivas entre a comunidade e seu patrimônio.

O museu detém ainda responsabilidade política, pois ao ser reivindicado pela população como um espaço de luta contra a exclusão social, econômica e territorial, expressa resistência diante do capitalismo e das suas políticas urbanas neoliberais, combatendo a marginalização social ao passo que defende e busca um envolvimento socioeconômico ecologicamente sustentável. Como afirma Souza Chagas (2012, p. 13), é lugar de tensão e processo de movimento em direção à mudança:

(...) O nosso grande bem aqui são as pessoas e a produção que essas pessoas fazem. A sua ancestralidade, o seu modo de fazer, a sua religiosidade e as suas histórias. Então, a nossa ideia quando a gente formulou isso, não é quando a pessoa pensa ‘ah, o museu da Boa Esperança, eu vou lá e vou ver as peças e vou embora’. Então quando a gente fala nisso e fala que o museu virtual é mais um braço, realmente é um braço dessa grande rede que a gente tá fazendo, porque cada casa da Boa Esperança ela já é um museu, porque o patrimônio ele está com a pessoa, o bem de valor histórico, de valor de memória tá com aquele morador, as suas heranças. E o mais bonito disso, é o que eu sempre falo, o museu da Boa Esperança, o acervo dele além de ser as pessoas, ele é um acervo vivo, ele não tá preso lá no passado. É ao contrário do que o poder público queria fazer, projetar um museu, um museu do barro, um museu do espólio, era um museu da comunidade que eles queriam que não existisse, mostrar como seria. E a gente na resistência de permanecer, de ficar, a gente tá mostrando que a gente tem um museu, a gente tem uma história. E a nossa história tá aqui e tá acontecendo (Fundação Perseu Abramo, 2021).

O museu em sua essência é contra colonial, ideia que se inspira no pensamento do Mestre Nego Bispo (Bispo, 2015), pois pulsa as vivências e modos de vida tradicionais dos grupos marginalizados pela história, existe para além de um ambiente físico e imóvel, atua como um museu de percurso ou a céu aberto, na beira do rio ou nos quintais das casas da Boa Esperança, e assim se expande ao oferecer multiacesso do seu acervo a

todos os lugares e a todas as pessoas. Diferente dos museus convencionais, se constitui sob a confluência de elementos que repousam em uma experiência orgânica de pensar e existir, pois enquanto museu itinerante, conta suas narrativas durante os atos de protesto nas ruas e em espaços como o Museu do Piauí e o MAP - Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI.

Essas histórias também são expressas através do museu virtual, uma plataforma *online* que conta com um acervo digital constituído principalmente por registros fotográficos e depoimentos audiovisuais dos moradores que participam e contribuem com o processo de transformação da cidade, que compartilham suas histórias de vida e conhecimentos ancestrais. A plataforma (Figuras 4 e 5) também oferece ensaios e exposições, documentos e cartas elaborados pela própria comunidade, assim como trabalhos acadêmicos realizados por parceiros dedicados à causa comunitária e que contribuem para a propagação das demandas e lutas dos coletivos.

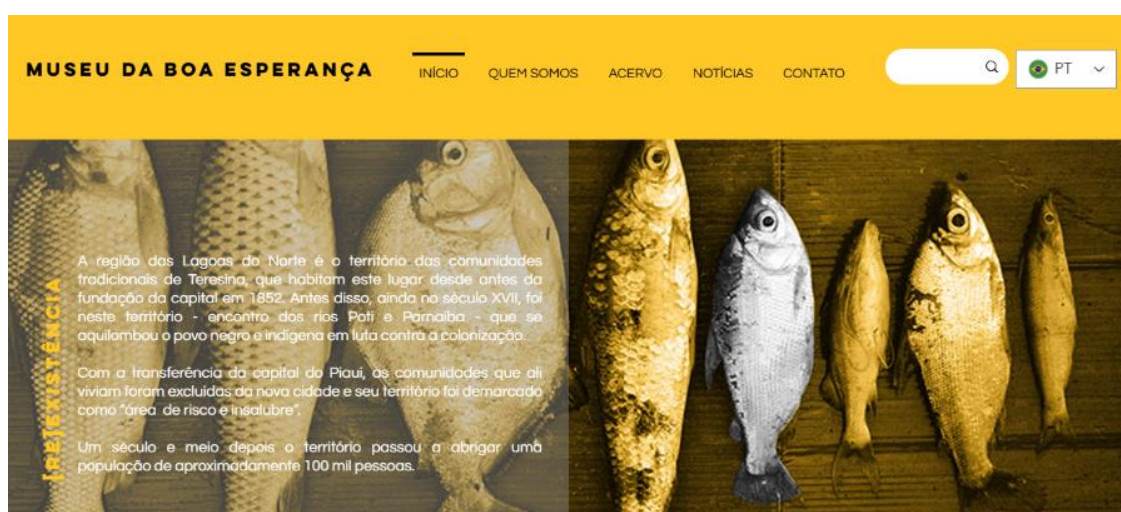


Figura 4. Interface inicial da página virtual do Museu da Resistência da Boa Esperança.

Fonte: <https://www.museudaboaesperanca.org/>

O apagamento dos espaços de convívio, as violações dos direitos básicos à vida e existência, advindos com as intervenções urbanísticas do PLN, constantemente denunciados pela comunidade, tornaram-se sementes para a luta que recusa o capitalismo e busca mergulhar na própria existência e em sua ancestralidade para reexistir, baseando-se na musealização comunitária do seu patrimônio como alternativa para superar tais ameaças ao recontar suas próprias histórias (Figura 6).

A museologia comunitária surge a partir da necessidade de ter a comunidade compreendendo e analisando a si mesmo na busca pelo resgate da memória coletiva através da valorização do potencial cultural e natural das comunidades. Em um museu comunitário a memória assume o papel de protagonista na contagem de história na sua recriação e reinterpretação. (...) todos são quem é porque lembramos quem somos e, portanto, devemos elaborar nossa própria memória. O museu comunitário pode ser um instrumento na reelaboração dessa memória para buscar o antes o início o porquê para reconfigurar dentro do contexto o significado dos acontecimentos. No museu comunitário a ideia é que sejam firmados os valores descobertos por essa comunidade e que sejam contados da maneira como a comunidade assim decidir. O museu comunitário deve ser um instrumento para a construção de seres coletivos. (Cutrim & Belfort, 2016, p. 5).



Figura 5. Interface de notícias da página virtual do Museu da Resistência da Boa Esperança.

Fonte: <https://www.museudaboaesperanca.org/>

As estratégias de resistência desenvolvidas pela comunidade da Boa Esperança junto a seus parceiros, contra a colonização contemporânea, são importantes para identificar, denunciar e pressionar as instituições públicas sobre a violência e espoliação praticadas e reproduzidas pelo capitalismo. Ademais, é de suma importância apontar que um dos caminhos para combater as mazelas sociais historicamente fomentadas por esse sistema econômico é o retorno às origens. É buscar forças na ancestralidade, nas coisas que definem a identidade, nos modos de fazer cerâmica, nos modos de pesca artesanal, nos modos de fazer embarcações, no plantio de suas lavouras ribeirinhas cultivadas para alimento e subsídio, nas práticas e expressões culturais e de linguagem que compõem a noção de identidade e pertencimento ao lugar e ao grupo. Somando forças com sujeitos que se sensibilizam com as lutas pelo direito à vida e ao território.

E é justamente compartilhando desse sentimento de comunidade e até de aldeia (no sentido de comunidade rural política de determinado grupo que partilha do mesmo sentido identitário) por sua cooperação mútua e coletiva, que buscamos construir uma arqueologia junto com a coletividade da Av. Boa Esperança. Estamos mais aprendendo do que ensinado, não no sentido de levar os conhecimentos e não retribuir para a comunidade como tantas vezes se faz na Academia, mas no sentido mesmo de fazer a Academia *ouvir* esses sujeitos. Sem a arrogância de achar que damos voz, temos que dar ouvidos e usar o espaço privilegiado da universidade como importante instrumento para a visibilização da comunidade, frente aos projetos que excluem e matam, inclusive a natureza, além de mostrar e potencializar suas práticas e modos de vida, nos possibilitando pensar que há sim, outros modos de viver no espaço urbano.



Figura 6. Espaço físico do Museu da Resistência da Boa Esperança, situado atualmente na Casa Maria Sueli Rodrigues, e conta com acervo organizado a partir de objetos doados pela comunidade. Fonte: Arquivo da autora (2023).

Nesse sentido, nossas ações se realizam junto ao Museu da Resistência da Boa Esperança, contribuindo com a organização e inventário do acervo, com o objetivo de auxiliar a comunidade no cadastro do Museu junto ao IBRAM. Além de realizarmos o tombamento das peças, que é contínuo, visto que o Museu é muito orgânico e seu acervo muda constantemente, já realizamos oficinas de capacitação para a própria comunidade

gerenciar seu museu, e serão necessárias outras, visto que há uma rotatividade no interesse das pessoas locais, somando-se a isto o fato de que não há recursos financeiros para o museu.

Outra forma de apoio se dá através da organização, montagem e divulgação das exposições de curadoria da própria comunidade. Além do acervo permanente, agora em exposição em uma antiga creche ocupada, pintada e cuidada pelo CDFS, a espera de regularização junto à Prefeitura de Teresina, o Museu da Resistência da Boa Esperança já realizou exposições itinerantes em importantes pontos da cidade de Teresina, como na própria Casa da Cultura da Cidade, além do Museu de Arqueologia e Paleontologia - MAP da UFPI; em ambas as ocasiões oferecemos suporte na montagem e divulgação.

O Museu é também Casa Maria Sueli Rodrigues, uma homenagem da comunidade à memória da mulher preta, professora e pesquisadora da UFPI que ajudou a comunidade nos tempos de combate ao PLN. A Casa Maria Sueli realiza ações educativas junto às crianças da comunidade. Em uma dessas iniciativas levamos as crianças ao MAP/UFPI e em uma ação mais recente realizamos uma oficina de papel machê para a conscientização em relação à produção de lixo.

Produções acadêmicas como artigos têm sido elaboradas reforçando o patrimônio, a memória e a história como elementos fundamentais para a luta da comunidade (ver Borges, *et al.*, 2019). Trabalhos de Conclusão de Curso (Castro, 2023; Silva, 2024) também têm trazido apontamentos sobre o paradigma do desenvolvimento urbano e segregação socioespacial, racismo ambiental e justiça social, e como impactam a comunidade. Os trabalhos também trazem estas discussões conectadas com as estratégias de resistência comunitária, as quais utilizam o envolvimento ancestral com a natureza e com as práticas culturais para impor seus limites e lutar contra a colonização contemporânea, contribuindo ainda para a desconstrução da prática arqueológica buscando uma disciplina mais comprometida socialmente. Estes trabalhos foram elaborados como forma de expor os problemas que contemplam as agendas da comunidade da Boa Esperança a fim de fortalecer a sua rede de resistência, ao mesmo tempo que sugere uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento arqueológico pela Academia.

O compromisso perpassa ainda pela presença na comunidade, com visitas ao Museu da Resistência da Boa Esperança, bem como a outros espaços de convivência, como terreiros, onde para muitos dos moradores são vistos como um lugar de convivência, no qual se reúnem e significam sua identidade e fé, que fazem parte representativas de lugares de memória.

CONCLUSÃO

Apresentamos este trabalho enquanto parceiros (Curso de Arqueologia/UFPI) de uma comunidade e, apesar de não compartilhar pessoalmente das mesmas opressões que a afetam, experimentamos um pouco dos impactos negativos que o desenvolvimento urbano neoliberal, em nome do progresso (Acosta, 2019), promove sobre as pessoas que sofrem diretamente como “suburbanos”, nas margens do sistema capitalista.

Apesar de novas propostas e todas as críticas que têm sido feitas às diversas construções e olhares científicos de dois séculos atrás, atualmente continuam a engessar os movimentos em direção a outras epistemologias, logo a outras arqueologias, de maneira que o entendimento acerca do urbano e do suburbano se constituem como reflexos contemporâneos do entendimento de um passado, no qual as chamadas minorias figuram como os sujeitos que foram marginalizados, subalternizados por um sistema econômico e ideológico

autodenominado como civilizado. O presente nos coloca apenas diante de nomeações distintas e construção de um novo entendimento, não mais o selvagem *versus* o civilizado, mas continuam referências claras de um passado que permanece com propósitos para o futuro.

As reconfigurações urbano *versus* suburbano desta pirâmide social atuam continuamente para enclausurar as pessoas como minorias marginalizadas, quando na verdade elas são maioria em número. Mas, como esses grupos ainda permanecem acorrentados a esse preconceito social, sendo a maioria? Podemos dizer que o neoliberalismo atua como um colonialismo contemporâneo, engolindo subjetividades, violentando corpos, escravizando o tempo, invadindo os espaços especialmente nos contextos urbanos, subvertendo os verdadeiros sentidos identitários, se sustentando ao fomentar conflitos que geram desestabilização e desmobilização entre as comunidades. Quando essa estratégia se torna perceptível pelas pessoas marginalizadas, surgem a indignação, as insubordinações, e delas a expressa aversão ao controle neoliberal, a exemplo da comunidade da Boa Esperança, que passou a se impor contra as investidas do sistema.

Almejando uma arqueologia que esteja constantemente presente nestes cenários de conflito, onde de um lado estão as elites econômicas e do outro comunidades ou populações tradicionais, urbanos *versus* suburbanos, e compreendendo que a arqueologia surgiu e atuou diretamente em favor do colonialismo, e de sua reprodução atual o neoliberalismo, é que olhamos para o presente e propormos a contrapartida de uma ciência que esteja mais conectada com a realidade, que seja mais engajada socialmente, que se interesse pelas pessoas e os problemas que as afetam, que as ouça em prol da luta e resolutividade das questões que as afligem. Uma arqueologia que se envolva e sofra junto com as pessoas, ainda que estejamos engatinhando rumo a essa arqueologia.

Junto à Comunidade da Av. Boa Esperança, vimos a buscar a concretização de uma arqueologia que atue como ferramenta na elaboração de projetos e atividades não apenas voltadas para o passado, mas também para o presente e futuro da comunidade, através de reflexões, práticas e ações colaborativas viabilizadas em conjunto, por propostas que buscam o envolvimento e participação de todos os agentes sociais, como aspecto fundamental.

Esse envolvimento se dá com uma aposta metodológica de história oral, cujas fontes são pautadas na escuta das diferentes vozes que contemplam os coletivos sociais. É escutando, o quanto for possível, o que essas pessoas têm a nos dizer sobre seus modos de vida, ancestralidade, valores, impressões, sentimentos, cosmovisões e estratégias de resistência, que a nossa ciência pode se sensibilizar com a comunidade e, através das histórias de luta dos seus ancestrais pela manutenção dos laços que os constituem, para que possamos potencializar o protagonismo de coletivos que foram tão apagados no discurso hegemônico ocidental, e assim desconstruir as narrativas de apagamentos sistemáticos, para reescrevermos a história e memória por outros olhares construídos no presente sobre o passado: de saberes diversos, de modos de sobrevivência, de resistência, de vivências e experiências destas pessoas.

Ao estabelecer um relacionamento de aproximação e escuta ativa com a comunidade, o presente também é alterado: A conexão com as cosmovisões possibilita refletir sobre a cidade, sobre a importância da relação das pessoas com a natureza e sobre o nosso lugar no território em que vivemos. Essas percepções mais sensíveis, ao serem assimiladas junto ao corpo social, constituem contribuições significativas para a Academia, uma vez que estamos fazendo o caminho que sempre é de mão dupla, mas que para muitos é tido como o inverso: aprendendo com eles e levando esse aprendizado para decolonizar a arqueologia. Quando eles rejeitaram o “progresso” eles nos deram a maior das lições: como dizer “não” ao capital.

REFERÊNCIAS

- Acosta, A. (2019). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante.
- Andrade, L. R. de A., & Rocha, S. D. S. (2019). Museu da Resistência: relato de experiência da luta pelo Direito à Memória em Teresina-PI. *Seminário Internacional O Direito como liberdade: 30 anos de o Direito Achado na Rua*. Disponível em: <<https://direitoachadonarua.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/07/gt-3-museu-da-resistencia.pdf>>. [cons. 25 set. 2024].
- Bispo, A. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa.
- Borges, J. F., Silva Filho, R. P., & Mata, A. P. S. (2019). Um museu no quintal contra a exclusão socioterritorial: Patrimônio, memória e história na luta da comunidade da boa esperança. Em *Alas Perú. Dossier Sociología de la Cultura, Arte e Interculturalidad, Grupo de trabajo 12A*, vol. 12 (pp. 659-670). Lima: Alas, Asociación Latinoamericana de Sociología Perú. Disponível em: <https://sociologiaalas.org/wpcontent/uploads/2021/06/GT12_A_Dossier_compressed.pdf>. [cons. 29 nov. 2024].
- Castro, L. F. de O. (2023). *Racismo ambiental na Comunidade Tradicional da Avenida Boa Esperança (PI) a partir da perspectiva da Arqueologia Comunitária*. Dissertação (Bacharelado). Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- CDFS (Centro de Defesa Ferreira de Sousa) (2019). *Carta para Raquel Rolnik*. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/carta-raquel-rolnik/>>. [cons. 29 abr. 2024].
- Cutrim, K. D. G., & Belfort, C. (2016). Museus comunitários: repensando desafios e possibilidades na América Latina. Em Melo Silva D. de, Fernández-Dávila Urquidí, V. G., Cavalcante de Oliveira, A., Lanza, A. L., Cintra Nepomuceno, M. M., & Coan Lago, M. (orgs.). *Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*, vol. 1 (pp. 1-11). São Paulo. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/wpcontent/uploads/sites/35/2016/12/CUTRIM_CARVALHO_II-Simpósio-Internacional-Pensare-Repensar-a-America-Latina.pdf>. [cons. 25 out. 2024].
- Foucault, M. (1969). *Arqueologia do Saber*. São Paulo: Editora Forense.
- Fundação Perseu Abramo (2021). *Lançamento do Museu Virtual da Boa Esperança | Reconexão Periferias*. 5 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/live/DickkRXZ20o?>>. [cons. 10 set. 2024].
- GEEPP (Grupo de Estudos e Extensão Pedagogias para o Patrimônio) (2023). *Encontro de saberes: Pedagogias para os patrimônios*. Relatório semestral.
- Gnecco, C. (2008). Discursos sobre el otro: pasos hacia una arqueología de la alteridad étnica. *CS*, (2), 101-130. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2011-03242008000200005&script=sci_arttext>. [cons. 02 out. 2024].
- Gnecco, C. (2009). Arqueologías latinoamericanas: de la modernidad a los Estados multiculturales. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, 11 (20-21), 241-271.
- Gnecco, C. (2012). “Escavando” arqueologias alternativas. *Revista de Arqueologia*, 25(2), 8-22. DOI: 10.24885/sab.v25i2.352.
- Gomes, N. L., Walsh, C., & Candau, V. (2018). O que é a pedagogia decolonial? *II Seminário de formação política do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturais*. TV UERJ. 19 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pw8MqYauzc0&list=PLJ8ZRUCShwpJPu4uTYc8RbEMliFCXgtCf>>. [cons. 17 jul. 2024].
- González-Ruibal, A. (2012). *Hacia otra arqueología: diez propuestas*. *Complutum*, 23(2), 103-116.

- Haber, A. (2015). Arqueología indisciplina y descolonización del conocimiento. Em Gnecco, C., Haber, A., & Shepherd, N. *Arqueología y decolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo. Disponível em: <<https://www.unicauca.edu.co/fchs/sites/default/files/SHEPHERDGNNECCOHABERARQUEOLOG%C3%8DA%20Y%20DECOLONIALIDAD.pdf>>. [cons. 02 out. 2024].
- Haber, A., Rodriguez, M. E., & Gerrard, A. C. (2022). Arqueología indisciplina, encuentros intersubjetivos y relacionalidades múltiples. *Runa*, 43(3), 527-544. Disponível em: <<https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/221360>>. [cons. 30 set. 2024].
- Kuhn, T. S. (2020). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva SA.
- Lander, E. (ed.) (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. São Paulo: CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.
- Lumbreras, L. G. (2019). Por una arqueología social y humana. Em Porto, V. C., Silva, E. N. da, Leal, S. K. D., & Oliveira, E. (eds.). *Arqueologia hoje: tendências e debates* (pp. 485-499). São Paulo: MAE/USP.
- Silva, A. G. da (2024). *Os impactos do urbanismo neoliberal na comunidade da avenida Boa Esperança Teresina (PI) a partir da perspectiva da arqueologia social*. Dissertação (Bacharelado). Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- Souza Chagas, M. (2012). Museus, memórias e movimentos sociais. *Cadernos de Sociomuseologia*, 41(41), 5-16. Disponível em: <<https://revistas.ulusoфона.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2654>>. [cons. 03 nov.2024].
- Tantaleán, H., & Aguilar, M. (eds.) (2012). *Arqueologia social latino-americana: da teoria à práxis*. Colômbia: Universidad de los Andes. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.7440/j.ctt18gzdps>>. [cons. 24 out. 2024].
- Trigger, B. (2004). *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora.
- Weber, M. (1991). Relações comunitárias étnicas. *Economia e sociedade*, vol. 1 (pp. 267-277). Brasília: Editora da UNB.